

Câmara quer fugir à retórica

A nova organização do poder do Congresso Nacional, diante das diretrizes contidas na Constituição, envolve uma reestruturação não só física como política, da ação do Senado e da Câmara dos Deputados. Não é compatível que um deputado federal, que se investiu da condição de regulamentador das instituições e das fontes de receita e despesa do Poder Público, possa atender a seus novos imperativos profissionais disposta, no seu gabinete, de escassa literatura, de parca assessoria e de um só telefone direto e mais um de ramal. A Câmara, como o Senado, precisa preocupar-se menos com questões de orçamento próprio do que de competência política, para tornar ativas suas novas prerrogativas.

Um símbolo dessa competência é dado pelo deputado Ulysses Guimarães, a respeito do qual o deputado Carlos Sant'Anna costuma dizer: "O poder tem o cargo, e não o cargo tem o poder". O poder político é o fruto da habilidade e da competência que tornam palatável um discurso em que há uma frase sobre hábitos escatológicos, mas que passou como coisa absolutamente normal, sendo até aplaudida. Nessa linha de raciocínio, o presidente da Câmara pela voz de intérpretes categorizados, não quis reabrir uma área de confronto quando aludiu ao desaparecimento de Rubens Paiva. Quis, na verdade, estabelecer um limite na memória, elaborando uma espécie de requiem, para que nunca mais ninguém explore o assunto. No final da transição, foi o passar de uma borracha em fatos de glória, e em outros vergonhosos de nossa história recente, mas tendo que bem avivar tais fa-

tos para que não possam ser repetidos pelas novas gerações. É um compromisso implícito no gesto de apagar a história cruel: enquanto o constrangimento se dissolve, a lembrança se revolte.

Assim teria querido agir o deputado Ulysses Guimarães, dentro de um respeitável entendimento da soberania autoconquistada pelo poder político, utilizando ingredientes de habilidade e competência.

Como a transição não está completada, e só se resolverá com a plenitude das leis ordinárias e implementação dos direitos nos prazos prescritos pela Constituição, entende-se que tanto o discurso de Ulysses como os episódios que ainda faltam cumprir, até a eleição direta do futuro Presidente da República, produzem desafios ainda mais relevantes. O primeiro teste da competência do Congresso, normalmente da Câmara, e sair-se bem da aprovação de vasto material legislativo e ter espaço para o trabalho. Os deputados terão vez para desmentir as alusões pessimistas do ministro Mário da Nóbrega, que, após assistir ao pronunciamento do deputado Ulysses Guimarães, teria comentado: "É retórica".

Nessa linha de raciocínio, a Câmara buscará novos elementos para seu constante aperfeiçoamento técnico. Há quem defende a instituição, com o novo regimento, de uma secretaria geral da Câmara, cargo para ser exercido por parlamentar, para ampliar a atual secretaria geral da Mesa. A idéia encontra fortes resistências. Mas essas e outras novidades poderão surgir no poder que afinal quer fugir à retórica.